



GERÊNCIA EM SAÚDE
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Giovana Francisco de Sá Freire

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: a sala de aula como espaço de
discussão e informação

RIO DE JANEIRO

2019

Giovana Francisco de Sá Freire

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: a sala de aula como espaço de
discussão e informação

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio, como
requisito parcial para aprovação no
Curso Técnico de Nível Médio em
Saúde com Habilitação em Gerência em
Saúde.

Orientadora: Maria Luiza Silva Cunha

RIO DE JANEIRO

2019

Giovana Francisco de Sá Freire

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: a sala de aula como espaço de discussão e informação

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico de Nível Médio em Saúde com Habilitação em Gerência em Saúde. Aprovado em 05/12/2019 BANCA EXAMINADORA

Maria Luiza Silva Cunha – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio\
FIOCRUZ

Letícia Batista da Silva- Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio\
FIOCRUZ

Gladys Miyashiro Miyashiro- Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio\
FIOCRUZ

AGRADECIMENTO

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz) pelo apoio institucional.

Agradeço à minha orientadora, que foi muito importante e me ajudou bastante nesse processo. Muito obrigada.

Agradeço à minha família pelo apoio neste trabalho, por me ajudar com o Davi, nessa etapa difícil da minha vida. Mas eles sempre estavam lá para me apoiar. Muito obrigada.

Agradeço aos meus amigos, pois me apoiaram e escutaram quando precisei. Me incentivaram demais.

RESUMO

A presente monografia tem como objeto a gravidez na adolescência. Por meio de diferentes indicadores foi possível verificar a tendência crescente que essa vêm assumindo no Brasil. O número de casos de gravidez na adolescência mantém-se elevado, mesmo nos países desenvolvidos, havendo uma relação com diferentes fatores, entre eles, a deficiência na educação sexual. Nesse sentido, a pesquisa partiu da questão

de como a educação sexual nas escolas tornaria os adolescentes mais bem informados sobre a sua sexualidade e a sua saúde reprodutiva, o que repercutiria no número de casos de mães adolescentes. Teve como objetivo geral analisar o papel da escola na prevenção da gravidez na adolescência e como objetivos específicos descrever a percepção dos jovens sobre a educação sexual nas escolas e descrever a relação da educação sexual com a gravidez na adolescência no Brasil. O estudo partiu de uma abordagem qualitativa, em que se realizou uma revisão da literatura sobre o tema e, posteriormente, foi empregada a técnica do questionário para os alunos das Habilitações de Gerência em Saúde, Análises Clínicas e Biotecnologia; e a técnica de entrevista para os coordenadores do ensino médio e técnico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Os resultados trouxeram a visão dos alunos e dos coordenadores, que foram à favor da educação sexual nas escolas e da sua implementação aqui no Brasil, como já existe em outros países da América Latina e na Alemanha. Concluiu-se que a gravidez na adolescência ainda é preocupante, pois os números ainda são elevados no Brasil. A partir do estudo realizado, ficou evidente a necessidade de se implementar a educação sexual no currículo escolar em todas as escolas no Brasil, com o intuito de reduzir o índice de adolescentes grávidas e de transmissão de infecções sexualmente transmissíveis.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; Educação Sexual; Sistema Único de Saúde

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1	Nascimentos de mães com idade entre 10 a 19 anos, no Rio de Janeiro, por Cor\raça, segundo ano do nascimento.....	17 e 18
Figura 2	Você já teve alguma atividade de educação sexual na sua escola?.....	2
8		
Figura 3	Na sua opinião, é importante o trabalho de educação sexual nas escolas?.....	2
9		

Figura 4	Na sua opinião, o trabalho de educação sexual deveria ser implementado.....	30
Figura 5	Na sua opinião, os professores estão preparados para realizar um trabalho sobre educação sexual?.....	30
Figura 6	Na sua opinião, a escola e os pais devem partilhar o trabalho de educação sexual nas crianças\adolescentes?.....	31
Figura 7	Na sua opinião, que atividade você gostaria que fosse desenvolvida sobre educação sexual na escola.....	32
Figura 8	Na sua opinião, com que regularidade essas atividades sobre educação sexual iriam ser desenvolvidas na escola.....	32

LISTA DE SIGLAS

EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
PNAISAJ	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
SUS	Sistema Único de Saúde
DINSAMI	Divisão Nacional de Saúde Materno Infantil
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
AIDS	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
GTES	Grupo de Trabalho para a Educação Sexual
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO ESCOLAR.....	14
2.2 A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL.....	16
2.3 A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS.....	19
3 METODOLOGIA	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	35
ANEXO A	38
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO QUALITATIVO	40

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia teve como objetivo geral analisar o papel da escola na prevenção da gravidez na adolescência. Como objetivos específicos, buscou descrever a percepção dos jovens sobre a educação sexual nas escolas e descrever a relação da educação sexual com a gravidez na adolescência no Brasil.

Com o estudo realizado, procuramos investigar o tema da gravidez no grupo dos adolescentes, ou seja, entre 10 a 19 anos. Utilizamos a faixa etária definida como adolescência pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Existem outras classificações para a adolescência, como por exemplo: a Organização das Nações Unidas (ONU), que define os limites cronológicos da adolescência entre 15 e 24 anos e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para o qual a adolescência corresponde à faixa etária de 12 a 18 anos, entre outros.

Os adolescentes são uma parcela significativa da população brasileira. Conforme Lopez e Moreira (2013), eles passam por um período de transição, de criar sua própria identidade. Tem um ciclo de vida com características específicas e com ritos culturais próprios.

Por meio de diferentes indicadores, foi possível verificar a tendência que as gravidezes na adolescência vêm assumindo em nosso meio.

Comparando as regiões do Brasil no ano de 2004, nas regiões Norte e Nordeste se observou a maior proporção de nascidos vivos de mães de 10 a 19 anos. Na região Norte, esse percentual representa 29%, e na região Nordeste, 25,5% do total, enquanto nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste esses percentuais foram de 17,9%, 19,5%, 22,8%, respectivamente. Esses dados, obtidos no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), demonstram as diferenças entre as regiões do Brasil.

Segundo Carvalho e Lopes (2017), o assunto educação sexual na escola (ensino fundamental e médio), se iniciou no século passado, na década de 20, mas se consolidou na década de 70, depois dos movimentos sociais e políticos. Eles afirmam que a educação sexual precisa ser implementada nas escolas, porque a sexualidade de uma criança, apesar de ser individual, é afetada durante toda sua vida pelas pessoas de seu convívio. Ou seja, o modo como se aprende, conhece e assimila sobre tudo que envolve a educação sexual influencia na

vida psíquica do ser humano. O Ministério da Educação e Cultura enfatiza que a Educação sexual se articula também com a promoção de saúde das crianças\adolescentes. (MEC, 2017)

Ainda conforme Carvalho e Lopes (2017) apontam, com base em diferentes autores, o fato de adolescentes terem aulas sobre sexualidade, não influenciou na decisão de iniciarem a atividade sexual, porém, o número de gestações foi menor. Eles concluem que a educação sexual possibilitará o desenvolvimento de técnicas de abordagem ainda mais adequada, principalmente na área de prevenção.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens (PNAISAJ) foi criada em 2006 baseada em uma concepção de saúde como direito a ser garantido pelo Estado, tendo como pilares os princípios do SUS. Considera as especificidades e a pluralidade dos adolescentes e jovens, que advém de suas características socioeconômicas e culturais, bem como as diferenças de gênero, raça e etnia. Tal política orienta o desenvolvimento de diversas ações, serviços e programas do setor saúde – nas esferas federal, estadual e municipal - em acordo com as diretrizes do SUS. Tem como objetivo expressar uma estratégia de governo ampliada para o acolhimento e proteção à criança, que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa de maneira mais emblemática (ROCHA; RIBEIRO, 2015).

Uma das propostas preliminares de 2007 da PNAISAJ inaugura um esforço por um espaço ampliado de participação e debate sobre a saúde da população jovem, incluindo a participação não só de entidades, profissionais e estudiosos do campo da adolescência e da juventude, mas também de grupos organizados de adolescentes e jovens numa perspectiva de incentivo ao protagonismo juvenil. Essa proposta traça um pensamento próximo da educação sexual, dando voz aos jovens. E com o aumento do índice da taxa de fecundidade entre adolescentes ao longo da década de 90, isso sinaliza o surgimento de novas demandas aos serviços de saúde materno-infantis, tais como a assistência pré e perinatal às adolescentes e jovens e o aumento de atendimentos por agravos decorrentes de aborto entre esta população. Por isso a PNAISAJ criou o Divisão Nacional de Saúde Materno Infantil (DINSAMI), que é um programa de divisão da saúde da mulher e da criança. O mesmo foi criado para que houvesse um privilegiamento dessa faixa etária, coisa que até então, não tinha dentro do Ministério da Saúde. (LOPEZ e MOREIRA, 2013)

A escolha do tema dessa monografia partiu da constatação do crescente número de gravidez na adolescência. E também por causa de uma situação que estou passando nesse momento, e por me identificar com esse assunto. A minha monografia tratou sobre o

crescente número de gravidez na adolescência, a política de saúde dos adolescentes, e o papel da escola como esclarecimento sobre a prevenção e diminuição do número estatístico da gravidez na adolescência.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO ESCOLAR

O objetivo da educação sexual nas escolas é para informar e esclarecer dúvidas e sensibilizar os adolescentes, eles aprendem a desenvolver técnicas de abordagem mais adequada, principalmente na área de prevenção. (CARVALHO e LOPES, 2017)

Existem Leis que contemplam o trabalho de educação sexual nas escolas, como por exemplo: Portaria Interministerial Ministério da Saúde e Ministério da Educação – nº 796 (29 de maio de 1992); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Lei 9.394/1996; Parâmetros Curriculares Nacionais (1996); Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Marco legal: saúde, um direito de adolescentes. Ministério da Saúde (2005). A Legislação é um amparo, porém, é a qualidade do trabalho e sua aceitação pela sociedade e importância na educação de crianças e adolescentes, que será a melhor garantia para a realização do trabalho dos educandos. (RIBEIRO, 2012)

Conforme Ribeiro (2012) apresenta, a ideia inicial de ter educação sexual era para tratar problemas que estavam aparecendo como: gravidez na adolescência, uso de drogas pelos jovens, e devido à preocupação de pais e educadores ao aparecimento da AIDS. Ao longo do tempo a sexualidade foi abordada de outra forma, em que se acreditava ser importante para o desenvolvimento integral do indivíduo. Ele acrescenta que a educação sexual pode ser tratada pela família, porém, essa dinâmica não se encerra em casa, pois os alunos acabam levando questões para a escola.

Ribeiro (2012) afirma que a implementação de projetos de educação sexual contribui para que a criança ou o adolescente, adultos de amanhã, tenha uma vida mais integrada, saudável, com uma melhor autoestima e maior conhecimento do próprio corpo e consciência de ter relações preventivas. Para esse autor, o trabalho junto ao educando deve ser compreendido como um espaço para que, através de dinâmicas, se possa problematizar temáticas, levantar questionamentos e ampliar a visão de mundo e de conhecimento. Acrescenta que o papel do professor é ser mais um “dinamizador de ideias” do que um “expositor da matéria”.

Educação sexual à luz da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens (PNAISAJ)

Segundo o Ministério da Saúde, o artigo 11 do ECA, assegura o atendimento integral à criança e ao adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Os adolescentes e jovens como sujeitos plenos de direitos, socialmente mais responsáveis e mais cooperativos, com capacidade de posicionamento frente à vida e a sua saúde.

O Ministério da Saúde afirma, que investir na saúde da população de adolescentes e de jovens é custo-efetivo porque garantir a qualidade de vida é garantir também a energia, o espírito criativo, inovador e construtivo da população jovem, que devem ser considerados como um rico potencial capaz de influenciar de forma positiva o desenvolvimento do país. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010)

Ele afirma os fatores de vulnerabilidade não se distribuem de forma homogênea no espaço geográfico, mesmo no âmbito de cada município. A desigualdade social afeta de diferentes dimensões da vida social de adolescentes e de jovens em particular em relação à saúde e reverberam de modo perverso nos dados sobre mortalidade e morbidade entre esse segmento populacional, incluindo fortemente o que se refere à saúde sexual e à saúde reprodutiva. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010)

A importância da Política para os adolescentes e jovens, é para ter um foco do cuidado integral à saúde de adolescentes e jovens como a promoção da saúde, o fortalecimento da atenção básica e a redução da mortalidade materna e infantil, entre outras, que repercutirão positivamente no quadro de saúde das pessoas jovens.

2.2 A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

De acordo com as autoras Aquino e Heilborn (2003), a gravidez na adolescência não é um fenômeno recente. Historicamente, as mulheres vêm tendo filhos nessa etapa e, mesmo em um contexto de intensa redução da fecundidade, não se constatou no Brasil um deslocamento correspondente da reprodução para faixas etárias mais velhas, tal como ocorreu em países industrializados centrais. Nesse contexto demográfico, a gravidez na adolescência passa a ter grande visibilidade social, principalmente ao se exibirem os dados do Sistema Nacional de Nascidos Vivos (SINASC), onde se observa um aumento relativo dos nascimentos de mães com menos de vinte anos.

A abordagem do tema da gravidez na adolescência tem enfatizado o caráter de problema social do fenômeno, partindo de uma suposição de que nas adolescentes existiria "*incapacidade fisiológica para gestar e incapacidade psicológica para criar*" (Camarano, 1998:44). A gestação é encarada necessariamente como indesejável, com consequências biológicas, psicológicas e sociais negativas (BRANDÃO, 2003).

No Brasil, apesar de os dados mostrarem uma tendência de queda, a gravidez na adolescência está acima da média dos países latino americanos. Informações do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) apontam que entre os anos de 2000 a 2016, o número de casos de gravidez na adolescência (10 a 19 anos) teve redução de 33%. De 750.537 nascimentos de mães dessa faixa etária no ano 2000, passaram para 501.385 nascimentos no ano de 2016. Dados preliminares mostram que nasceram 480.211 crianças filhas de mães entre 10 e 19 anos em 2017 e 394.717 em 2018.

Tabela 1: Nascimentos de mães com idade entre 10 a 19 anos, no Rio de Janeiro, por Cor\raça, segundo ano do nascimento.

Ano do nascimento	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado	Total
2000	26.002	2.923	184	22.138	91	3.378	54.716
2001	24.762	2.612	140	21.072	99	1.758	50.443
2002	22.894	2.426	82	19.312	115	1.952	46.781
2003	20.700	2.543	66	20.024	87	1.702	45.122
2004	20.029	2.584	60	20.037	69	857	43.636
2005	19.370	2.572	47	19.718	75	739	42.521
2006	17.012	2.445	26	20.906	27	1.255	41.671
2007	15.661	2.559	25	21.350	24	1.611	41.230
2008	14.481	2.369	68	21.624	13	1.620	40.175
2009	13.779	2.368	139	21.310	16	1.709	39.321
2010	13.201	2.009	110	21.502	15	1.114	37.951

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC

Observa-se que no ano 2000, as adolescentes brancas no Rio de Janeiro tinham mais filhos que as negras e pardas somadas. Porém, este dado se alterou ao longo da década de maneira relevante. De acordo com Carvalho (2012), neste Estado é possível notar uma redução de quase 50% entre os nascimentos de adolescentes de pele branca na última década.

As adolescentes de pele negra, que no somatório, apresentam no Estado do Rio de Janeiro um indicador bem mais tímido, com 32% de redução dos nascimentos neste grupo. É possível verificar que o grupo das adolescentes pardas permaneceu, via de regra, tendo o mesmo número de filhos ao longo da década, e terminando a mesma com uma tímida redução de 3% de seus nascimentos.

Então, dez anos mais tarde, se voltamos ao nosso comparativo inicial agregando negras e pardas, veremos que, no Estado do Rio de Janeiro, enquanto as adolescentes brancas tiveram uma redução de 56% nos seus nascimentos, as negras e pardas somadas, conseguiram apenas o tímido decréscimo de 6,2% dos nascimentos (SISNASC). Esse dado nos apresenta que a gravidez não ocorre entre as adolescentes da mesma maneira.

A gravidez na adolescência tem sido associada à múltiplos fatores pelos diferentes autores que tratam do tema. Entre eles, Siqueira (1989) aponta a puberdade precoce (desenvolvimento de certos aspectos típicos, antes da idade considerada normal); o casamento precoce (casar antes da idade considerada apropriada); a deficiência na educação sexual (o desconhecimento sobre a sexualidade e a saúde reprodutiva, a não compreensão do uso correto do contraceptivo e assim levar ao uso incorreto dele); a quase total ausência de serviços de saúde especializados em adolescentes.

Outro fator é a baixa escolaridade e o abandono escolar, que são frequentemente citados como fatores predisponentes da gravidez. Segundo Hercowitz (2001), a partir de pesquisa realizada em 1998, no Brasil, metade das adolescentes sem estudo já eram mães, o que só ocorreu com 4,2% das que tinham de 9 a 11 anos de estudo.

Esse mesmo autor indica que existem também fatores psicológicos que contribuem para a gravidez precoce, como por exemplo: sensação de invulnerabilidade e onipotência, a ideia de que “isso nunca vai acontecer comigo” (“pensamento mágico”). Impulsividade e não preocupação com as consequências futuras dos atos realizados aqui e agora. Relacionamento familiar, duvidar da sua fertilidade.

Para ele, as adolescentes passam por problemas psicológicos por causa da gravidez precoce, como por exemplo: isolamento social, afastamento do grupo de amigos e das atividades próprias para a idade.

No aspecto social, Hercowitz (2001) indica que meninas provenientes de famílias de baixa renda são mais suscetíveis à gravidez precoce. A mesma pesquisa refere que as meninas

que recebem menos de um salário mínimo têm fecundidade de 13/1000. Esse resultado é coerente com a postulação de Dadoorian (2003), para quem a maioria das adolescentes grávidas pertence às classes populares. Nas pesquisas mais recentes, de acordo com dados estatísticos do SUS, relativo ao ano 2000, dos 2,5 milhões de partos feitos nos hospitais públicos do país, 689 mil eram de mães adolescentes com menos de 19 anos de idade.

2.3 A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

De acordo com a sociedade brasileira de pediatria (2019), um dos mais importantes fatores de prevenção é a educação, fato evidente para a saúde plena, tanto individual quanto coletiva. Nesse sentido, é importante considerar a educação abordando sexualidade e saúde reprodutiva, tanto no meio familiar quanto na escola, com abordagem científica, e nos programas de promoção à saúde. Não apenas quanto aos acontecimentos biológicos, mas em relação ao convívio de respeito entre meninos e meninas, atividades sexuais com responsabilidade e proteção, métodos contraceptivos, principalmente durante a adolescência.

Conforme a sociedade brasileira de pediatria (2019), a educação sexual integrada e compreensiva faz parte da promoção do bem-estar dos adolescentes e jovens, realçando o comportamento sexual responsável, o respeito pelo/a outro/a, a igualdade e equidade de gênero, assim como a proteção da gravidez inoportuna, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis/HIV, defesa contra violência sexual incestuosa e outras violências e abusos.

Altmann (2001), afirmava pelo artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo (2001), em que se lê: “o melhor método anticoncepcional para as adolescentes é a escola: quanto maior a escolaridade, menor a fecundidade e maior a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis”. A escola é apontada como um importante instrumento para veicular informações sobre formas de evitar a gravidez e de se proteger de doenças sexualmente transmissíveis, chegando-se a ponto de afirmar que quanto mais baixa a escolaridade, maior o índice de gravidez entre adolescentes.

Ela defende que a taxa de adolescentes grávidas é maior na classe social mais pobre com menos estudo, ela aponta um dado realizado pela Fundação Oswaldo Cruz entre julho de 1999 e fevereiro de 2001 mostra que 32,5% das mães que engravidaram na adolescência estudaram, no máximo, até a quarta série do ensino fundamental. A pesquisadora Silvana Granado, ao se referir sobre o fato de a gravidez entre adolescentes ser mais comum em áreas

mais pobres da cidade, afirma: “A falta de instrução, o fato de muitas meninas não estarem na escola e mesmo a falta de perspectiva de uma vida melhor contribuem para esse aumento.”

Altmann (2001) afirma, a criação do tema transversal Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é outro indício da inserção deste assunto no âmbito escolar. Cabe, portanto, à escola e não mais apenas à família desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e dos adolescentes. A Educação Física é apontada pelos PCNs como um espaço privilegiado para a orientação sexual.

No Brasil, durante as décadas de 60 e 70, do século XX, a inserção da educação sexual formal na escola enfrentou avanços e retrocessos. Na segunda metade dos anos 60, algumas escolas públicas desenvolveram experiências de educação sexual. Todavia, elas deixam de existir em 1970 após um pronunciamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo dando parecer contrário a um projeto de lei de 1968 que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos escolares. Em 1976, a posição oficial brasileira afirma ser a família a principal responsável pela educação sexual, podendo as escolas, porém, inserir ou não a educação sexual em programas de saúde. Durante os anos 80, a polêmica continuou. Todavia, as modificações ocorreram quase que exclusivamente em nível de discurso.

De acordo com os autores Helena e Vilar (2004), existia uma Lei que foi aprovada em 14 de fevereiro de 1984 que ela apresenta artigos que desenvolvem a ideia de que é dever do Estado garantir a educação sexual dos jovens através da escola, das organizações sanitárias e dos meios de comunicação social. Pois os jovens devem saber sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humanas, devendo contribuir para a superação das discriminações em razão do sexo e da divisão tradicional de funções entre mulher e homem. Porém essa lei foi revogada em 1985. Helena e Vilar (2004) afirmam que só 15 anos mais tarde surgiu a Lei 120\99 que reforça as garantias ao direito à saúde reprodutiva, no artigo 3 apresenta que a educação para a saúde sexual e reprodutiva deverá adequar-se aos diferentes níveis etários consideradas as suas especificidades biológicas, psicológicas e sociais, e envolvendo os agentes educativos.

Correia e Cavalcante (2008) apontam que, os países desenvolvidos apresentam uma diminuição nos números de gravidez e abortamento provocado na adolescência; todavia, nos países em desenvolvimento, os estudos mostram uma alta prevalência de abortos e baixo uso

de métodos contraceptivos nessa fase. Pesquisas mundiais afirmam que ocorram, a cada ano, 46 milhões de abortos provocados em todo o mundo, e cerca de 20 milhões são clandestinos, de adolescentes grávidas. Este dado apresenta que se existisse o projeto de educação sexual nas escolas do Brasil, os adolescentes seriam bem mais informados e poderia haver uma diminuição do índice de gravidez na adolescência e conseqüentemente uma diminuição dos abortos entre as adolescentes. E esse dado estatístico sobre o aborto traz um grande problema de Saúde Pública na América Latina, e as estatísticas sobre mortalidade relacionadas com hospitalizações o assinalam como uma das principais causas de morte de mulheres no Brasil. Tal fato demonstra as desigualdades sociais brasileiras, uma vez que as adolescentes que frequentam os hospitais públicos, em busca de procedimentos médicos após tentativa de abortamento, são aquelas mais expostas à exclusão social.

Conforme Gaspar e Reis (2009), alguns países tem a educação sexual implementada nas escolas. Em Portugal, desde de 1998, foi realizado um projeto de “Educação sexual e Promoção da saúde nas escolas”, que traz a integração regular de projetos e atividades de educação sexual nos vários níveis de ensino. E, em 2005, foi criado um grupo de trabalho para a educação sexual (GTES), este grupo estabeleceu os assuntos que serão abordados nas escolas, como por exemplo: o entendimento da sexualidade como uma das componentes mais sensíveis da pessoa, no contexto de um projeto de vida que englobe valores e uma dimensão ética, a compreensão dos aspectos relacionados com as principais IST's (incluindo o VIH/SIDA), a maternidade na adolescência e a interrupção voluntária da gravidez, assim como os aspectos relacionados com o uso de métodos contraceptivos e de preservativos.

Outro país, citado pelos autores, e que tem educação sexual nas escolas é o Chile. O Chile foi um dos países pioneiros relativamente à educação sexual quando em 1960 criou o programa “Vida Familiar e Educação Sexual”. No entanto, todos os textos e materiais elaborados para os pais, professores e alunos foram destruídos durante a ditadura militar que governou o Chile no período de 1973 a 1998. Em 2005, o Ministério da Educação criou um Secretariado Técnico para a Educação Sexual e pela primeira vez determinou um orçamento. O plano para a Educação da Sexualidade e Afetividade (2005-2010) apresenta como objetivos fundamentais transversais a questão da Afetividade e da Sexualidade. Ao nível da estrutura curricular obrigatória (até ao ensino básico desde 1996, incluindo o secundário desde 1998 e o pré-escolar desde 2002), o Ministério da Educação juntou uma série de objetivos e conteúdo específicos para serem desenvolvidos, designadamente os aspectos do crescimento pessoal, o desenvolvimento do pensamento, a ética, a pessoa e o seu meio ambiente.

A Argentina também é um exemplo, mencionado por eles, de país que tem a educação sexual implementada nas escolas. Na Argentina, em 2006, foi implementado o Programa Nacional de Educação Sexual Integral. Os objetivos deste programa são: a) incorporar a educação sexual integral dentro das propostas educativas orientadas para a formação harmoniosa, equilibrada e permanente das pessoas; b) assegurar a transmissão dos conhecimentos pertinentes, precisos, confiáveis e atualizados sobre os aspectos distintos envolvidos na educação sexual integral; c) prevenir os problemas relacionados com a saúde em geral e à saúde sexual e reprodutiva, em particular; d) procurar igualdade no tratamento e oportunidades para os homens e mulheres.

Brasil, Uruguai e Perú são os países citados pelos autores que não tem a educação sexual implementada nas escolas. Atribuem o fato ao conservadorismo desses países.

Na Alemanha, os alunos começam a ter aulas sobre educação sexual a partir do ensino primário. E a responsabilidade de ensinar as crianças sobre a vida sexual não é um papel exclusivo da família, mas um dever do Estado. Os professores alemães também discutem igualdade de gênero, valores sociais e emoções relacionadas à sexualidade e a relacionamentos. A abordagem do tema é holística, considerando os diferentes aspectos da sexualidade humana. Por isso, na maioria dos estados, a educação sexual é integrada a outras disciplinas, como ética, biologia, religião e ciências sociais. Em alguns estados, há disciplinas específicas de educação sexual nas escolas (Fórum, 2018). O Brasil deveria seguir a Alemanha como exemplo de educação sexual nas escolas.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação sexual é um tema urgente nas escolas e de maneira nenhuma incentiva o comportamento sexual de risco. Pelo contrário, os futuros jovens terão mais responsabilidade sobre saúde sexual e reprodutiva (Fórum, 2018).

De acordo com o site EL PAÍS (2019), em Bogotá, na Colômbia, a capital, com sete milhões de habitantes, conseguiu reduzir em quatro anos (2014-2018) de 417 nascimentos anuais de mães de 10 a 14 anos a 274, e de 16.747 mulheres de 15 a 19 anos a 10.675. Os dados colombianos estão bem distantes dos espanhóis onde, com uma população de 46 milhões, nasceram 43 bebês de mães menores de 15 anos em 2018, e 556 de mães de 16 a 19 anos. Isso ocorreu através de um professor que implementou um programa de educação sexual em uma escola em Bogotá. O professor Bermúdez, que se doutorou com uma tese

sobre o assunto, colocou mãos à obra e em 2014 mudou o programa do colégio. O colégio Gerardo Paredes recebe aulas de Educação Sexual e Construção da Cidadania – duas horas semanal no caso dos mais velhos – e a intenção é reforçar a instrução a partir da pré-escola, quando são instaurados os papéis de gêneros.

De acordo com a sociedade brasileira de pediatria (2019), as Organizações internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) especificam guias metodológicos e operacionais, como: Fundamentação nos princípios e valores dos direitos humanos e sexuais, sem distinção étnica e de gênero, nem religiosa, econômica ou social, em mensagens de comunicação; Informações exatas e cuidadosas cientificamente comprovadas sobre saúde sexual e infecções que podem ser sexualmente transmitidas, contracepção, questões de gênero e enfrentamento da violência; Ambiente de aprendizagem seguro e saudável nas escolas; Metodologias participativas com ênfase na comunicação e desenvolvimento do pensamento crítico, construtivo e saudável nas tomadas de decisão, inclusive sobre comportamentos e sexualidade; Promoção da educação sexual como parte dos programas sobre direitos à saúde e a proteção social às crianças e adolescentes/jovens, inclusive na questão da gravidez precoce.

A sociedade brasileira de pediatria (2019), alerta que, ao se comunicar com adolescentes, não se deve utilizar somente a perspectiva de problemas ou consequências negativas da sexualidade, no sentido de doenças, infecções ou gravidez inesperada, muitas vezes envolvendo estereótipos das mídias, inclusive das redes sociais e digitais. É importante oferecer oportunidades para o protagonismo juvenil por meio de encontros, grupos focais, participação em atividades culturais ou artísticas, técnicas de aprendizagem em grupo, psicodrama ou teatro simulando situações e debates, onde os adolescentes podem verbalizar suas dúvidas e percepções. Recomenda-se, inclusive, abordar os relacionamentos familiares, de amigos e reflexões sobre a própria sexualidade.

A educação sexual está sendo objeto de intensa discussão no contexto de início do novo governo no Brasil. O atual presidente já afirmou, em diversas ocasiões, ser contra a abordagem da sexualidade nas instituições de ensino. “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química”, disse em novembro de 2018 (Nunes e Domingos, 2018). Porém, a maioria dos brasileiros, no entanto, é favorável à inclusão de questões sobre gênero e sexualidade no currículo escolar. De acordo com uma pesquisa interna encomendada pelo Ministério da Educação em 2018. Nunca divulgado publicamente, o levantamento foi obtido pela Rede Globo por meio da Lei de Acesso à

Informação e divulgado em fevereiro de 2019. Das 2.004 pessoas que foram ouvidas, em 11 estados e o Distrito Federal, 55,8% responderam “sim” para a questão sobre se a “abordagem sobre as questões de gênero e sexualidade deve fazer parte do currículo escolar”. Além disso, 62,6% dos entrevistados não souberam definir o que “ideologia de gênero” significa. Portanto esses dados apresentam que a população brasileira acha importante a educação sexual nas escolas, e o governo não reconhece isso (Nunes e Domingos, 2018).

3 METODOLOGIA

Para abordar um fenômeno atual, que é a gravidez na adolescência, com o objetivo de entender como e por que esse evento acontece, utilizamos uma abordagem qualitativa de pesquisa. Para o desenvolvimento dessa monografia, revisamos a literatura a partir de artigos científicos, utilizamos para a busca os termos gravidez na adolescência e educação sexual. A análise foi realizada a partir da compilação de conceitos, características e fatores relacionados à gravidez na adolescência e educação sexual. Foram analisados, ainda, documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Saúde, como políticas e programas que envolvem a gravidez na adolescência e a educação sexual. Foram consultados, ainda, as Bases de Dados do IBGE e do DATASUS.

Utilizamos na presente pesquisa o referencial do estudo de caso, que é uma pesquisa que aborda algum fenômeno atual, com o objetivo de entender como ou por que determinado evento acontece. A pesquisa foi realizada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. As técnicas de pesquisa utilizadas foram o questionário, aplicado em 2 estudantes de cada série escolar, sendo 1 menina e 1 menino, para sabermos a opinião dos diferentes sexos, e de cada Habilitação Técnica, que são: Gerência em Saúde, Análises Clínicas e Biotecnologia. No total, foram aplicados 22 questionários, sendo 11 meninas e 11 meninos. Com o questionário, buscamos aprofundar a existência, importância e aspectos relacionados à educação sexual do ponto de vista dos alunos. Foram realizadas, ainda, entrevistas com os coordenadores do ensino médio, a saber: coordenação geral e coordenadores das habilitações técnicas, totalizando 04 entrevistas. Estas, tiveram o intuito de identificar a compreensão que o responsável pelo ensino na Escola tem sobre aspectos relacionados à educação sexual.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que deseja investigar um tema com profundidade, utilizamos o tipo de entrevista semiestruturada, organizada por roteiro de perguntas (Apêndice B). A maior parte das entrevistas foram feitas individualmente, face a

face, por confiarmos que essa forma favorece a interação e a continuidade da mesma. Somente uma entrevista que foi feita a mão pelo entrevistado, pois a agenda dele estava lotada. A maior parte das entrevistas foram feitas com marcação prévia, gravadas, por autorização do entrevistado, e transcritas.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que deseja investigar um tema com profundidade, utilizamos o tipo de questionário semiestruturado, organizado por uma lista de perguntas (Apêndice A). A maior parte dos questionários foram feitos individualmente, entregue em mãos. A escolha dos alunos foi feita de forma aleatória, de acordo com o interesse deles em participar da pesquisa.

Identificação dos Entrevistados

Entrevistados	Número de acordo com a ordem dos entrevistados
E	1.2.3.4

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os entrevistados consideraram ser importante o desenvolvimento de atividades sobre educação sexual nas escolas. Esse posicionamento vai ao encontro com o preconizado pela Sociedade brasileira de Pediatria (2019). Um dos entrevistados comentou que é primordial ter discussões acerca desse assunto para o fortalecimento e efetivação dos direitos do ser humano e para formação humana\social.

As discussões acerca desse tema são fundamentais para compreensão, fortalecimento e efetivação de direitos que são primordiais para o ser humano e para a formação humana/social. (E4)

Um outro entrevistado trouxe uma percepção coerente com o que identificamos na literatura, que apontou que a educação sexual era uma bandeira forte da educação nos anos 70, mas que infelizmente isso se perdeu. Esse pensamento é coerente com o trabalho de Altmann (2001).

Eu acho fundamental, não há problema, pois isso é papel da escola e sobretudo no momento retrógrado politicamente que a gente vive [...]. Então essa gente, esse tipo de pensamento cresce exatamente no vácuo que as escolas também [...].E é lamentável, pois essa é uma bandeira tão importante da educação desde dos anos 70, aliás desde antes, mas nos anos 70 isso era muito forte, mas se perdeu, então é uma pena. (E2)

Os entrevistados também apontaram que a educação sexual nas escolas poderia diminuir os índices de gravidez precoce e as infecções sexualmente transmissíveis, e esse raciocínio liga-se com o pensamento de Altmann (2001). Esse autor acha fundamental a educação sexual nas escolas para a redução desses índices, que acarretam consequências para os adolescentes por toda a sua vida. Os entrevistados pensam igualmente sobre isso, que os adolescentes devem saber sobre relações sexuais, e sua sexualidade, para não ter consequências no futuro.

Os entrevistados abordaram diferentes temas relacionados à educação sexual nas escolas como o machismo, que ainda está presente na nossa sociedade. Esse fator traz um problema para as mulheres, pois elas não são “livres” para falarem sobre sua sexualidade, e isso leva à falta de informação sobre prevenção e sobre seu corpo, pois a sociedade apresenta que só os homens devem se proteger e que isso é uma escolha deles.

O homem às vezes não quer se prevenir, mas a mulher pode se prevenir. Então é importante que os dois saibam, tenham esclarecimento em relação a isso, até porque a cultura machista, né? (E1)

Todos os entrevistados disseram ser fundamental a relação da escola com a família, e da abordagem de prevenção ser um trabalho em conjunto. Essa opinião se alinha com o proposto por Ribeiro (2012) e Altmann(2001), que defendem o trabalho de educação sexual partilhado entre escola e família. Alguns entrevistados deram exemplos de atividades que as escolas podem fazer sobre educação sexual com a participação dos pais, como por exemplo, as palestras, filmes e rodas de conversa.

O momento político atual que estamos passando, foi bastante abordado nas entrevistas e foi falado que isso influencia na incorporação da educação sexual nas escolas. Tal expressão se alinha com o posicionamento expresso no Nexo Jornal (2019), que exprimem que o governo do atual presidente induz nas falas dele que a educação sexual nas escolas é errada. E os entrevistados afirmaram que esse fato político é um grande problema para os adolescentes, pois irá afetar na sua sexualidade e descoberta sexuais.

Eu acho fundamental, não há problema, pois isso é papel da escola e sobretudo no momento retrógrado politicamente que a gente vive, que tudo que é relacionado a educação sexual ou a sexualidade, é visto como uma manifestação de tarados, de psicopatas, que querem ensinar as criancinhas a praticar sexo desde de pequenos. (E2)

Os coordenadores da EPSJV defendem que a educação sexual deve ser integrada às atividades curriculares, em acordo com a proposição de Altmann (2001). Eles acham fundamental esse tema virar atividade interdisciplinar, junto ao currículo escolar.

A maioria dos entrevistados defendem que a educação sexual deve ser desde de criança até a adolescência, sendo de forma diferenciada nas idades. Esse pensamento se alinha com a literatura do Ministério da Educação e Cultura (MEC,2017), que afirmam que a educação sexual deve ser apresentada para as crianças e adolescentes.

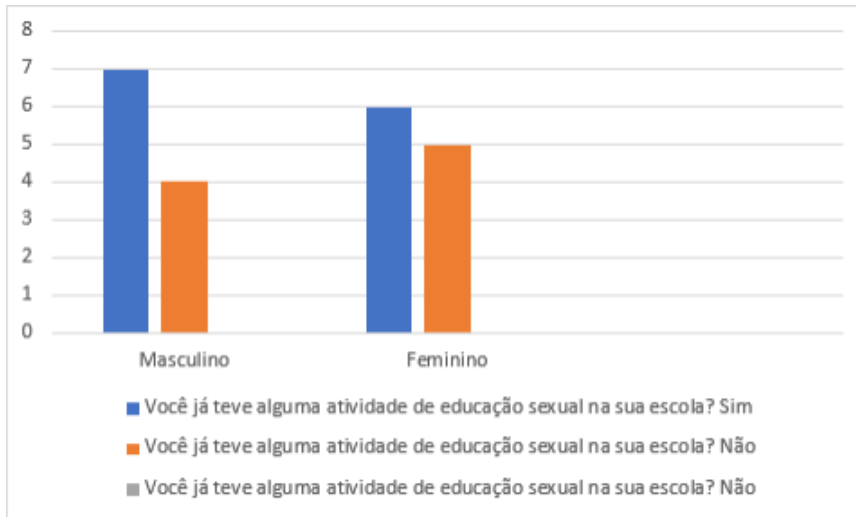
Eu entendo a sexualidade, e óbvio que ela vem da minha formação, como algo que é inerente do ser humano, então ele faz parte da vida da gente como um todo [...] ela precisa vim de muito jovem, porque a gente infelizmente está falando de crianças que desde muito jovens podem sofrer violência, e as vezes não tem clareza que aquilo é uma violência [...] mas ela entra de uma maneira indireta em alguns momentos, em uma educação do ensino fundamental 1 e 2, ela entra de uma maneira que ela não está colocada como sexualidade como experiências de sexo, é uma sexualidade indireta [...] essa criança saiba identificar o que é saudável ou que não é.

No ensino médio ela passa a ser direta, porque aí tem que dizer, a gente tem que ter liberdade para falar o que é, a sexualidade como expressão da vivência sexual, então tem que ser direto. (E3)

A partir da obtenção dos dados, podemos observar com essa figura 2, que a maioria dos alunos da Escola Politécnica De Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), já tiveram aulas de educação sexual na escola. No sexo masculino há uma grande diferença, e a maior porcentagem é dos meninos que já tiveram aulas sobre esse tema na escola, como alguns citaram por exemplo: peças sobre o uso de preservativo, aulas do IEP saúde que abrangeram esse tema, aulas no 5º ano sobre o aparelho reprodutor masculino e feminino, sobre sexo seguro, entre outros.

Porém, podemos notar uma diferença entre o sexo feminino, pois há uma pequena diferença das meninas que já tiveram aulas de educação sexual para as que não tiveram, e isso se alinha com as falas dos coordenadores entrevistados, que dizem, que há o machismo presente na nossa sociedade, e isso impede das garotas obterem informações sobre seu corpo e sua sexualidade.

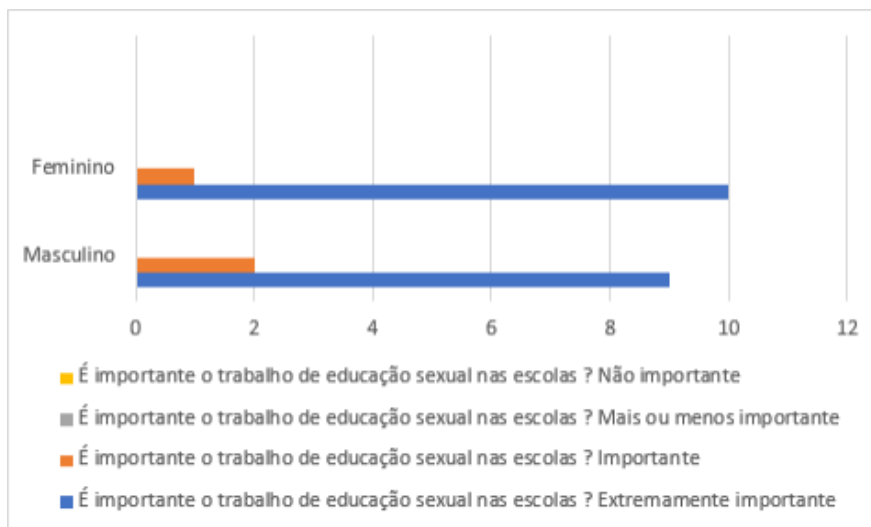
Figura 2: Você já teve alguma atividade de educação sexual na sua escola



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com a figura 3, a grande maioria dos alunos marcaram, que é extremamente importante ter aulas de educação sexual nas escolas, e isso é um ponto que está em consonância com o pensamento de Altmann (2001), com o preconizado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), que defendem a implementação da educação sexual no âmbito escolar. Os alunos explicaram o motivo de ser tão importante a educação sexual nas escolas, como por exemplo: visto que ajuda na prevenção da gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis, pois a escola é um espaço com alunos que muitas das vezes estão iniciando sua vida sexual; entre outros.

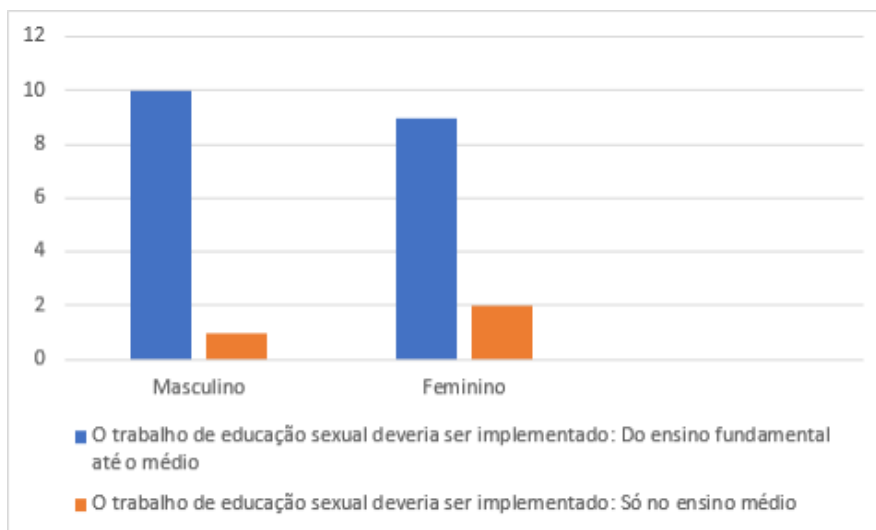
Figura 3: Na sua opinião, é importante o trabalho de educação sexual nas escolas



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com essa figura 4, a maioria tanto masculina e feminina, marcaram que a educação sexual nas escolas deve ser feita do ensino fundamental até o ensino médio, e essa afirmação se alinha com o proposto pelo Ministério da Educação e Cultura (2017), que defende esse tema deve ser abordado na escola a partir das crianças até os adolescentes.

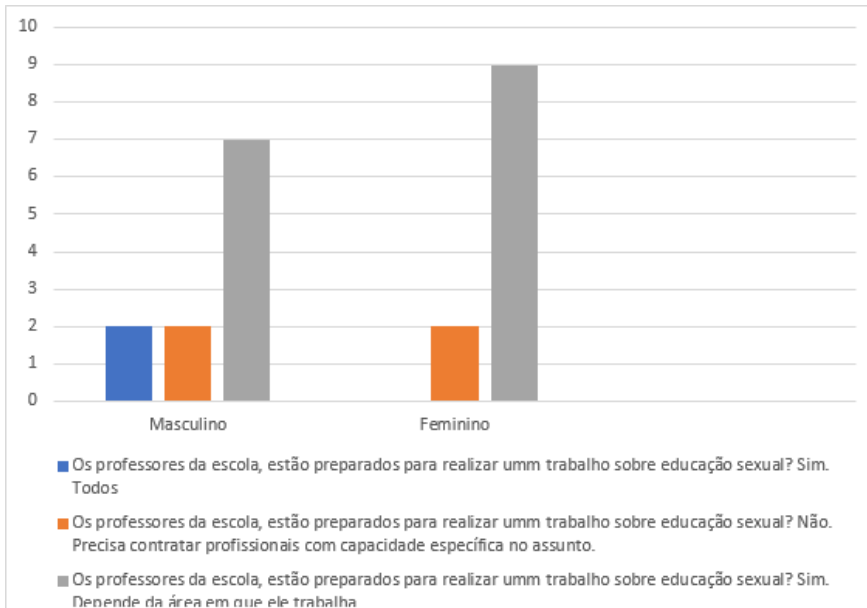
Figura 4: Na sua opinião, o trabalho de educação sexual deveria ser implementado



Fonte: Elaboração Própria

Essa figura 5 apresenta a opinião dos alunos em relação aos professores, se eles estão preparados para dar aula de educação sexual ou não. E a maioria de ambos o sexo, respondeu que os professores estão preparados, mas depende da área que ele atua. Esse pensamento aponta que a escola está “preparada” para lidar com esse tema na sala de aula.

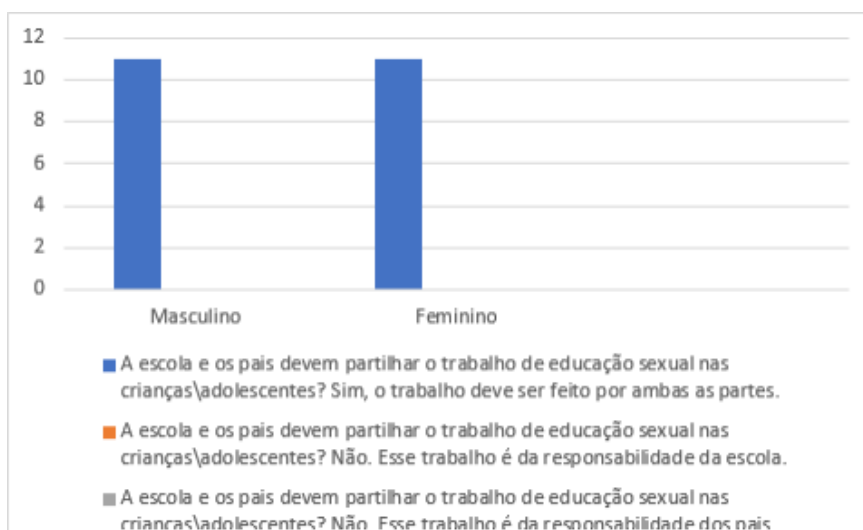
Figura 5: Na sua opinião, os professores estão preparados para realizar um trabalho sobre educação sexual



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com a figura 6, aponta que todos os alunos defendem que o trabalho de educação sexual deve ser partilhado com a escola e os pais, ser um trabalho em conjunto. E esse pensamento se aproxima com os autores Ribeiro (2012) e o Altmann(2001), que defendem também a educação sexual ser partilhado pelos ambos.

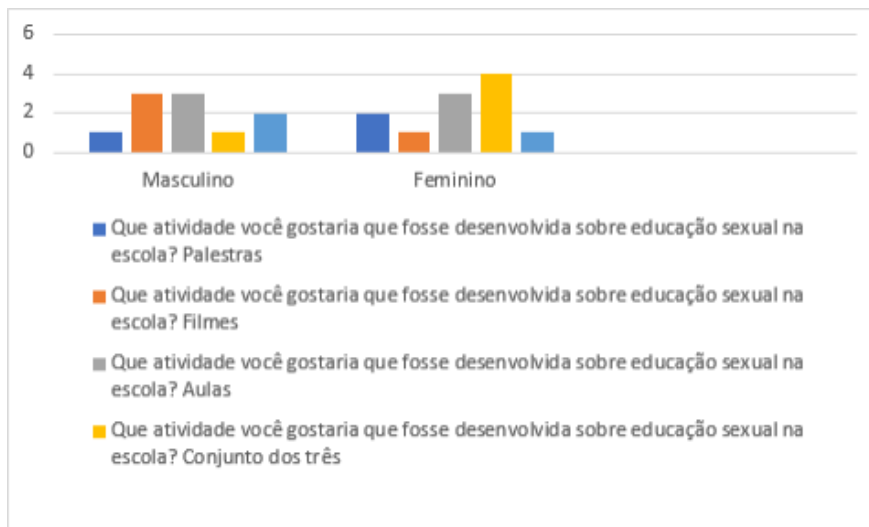
Figura 6: Na sua opinião, a escola e os pais devem partilhar o trabalho de educação sexual nas crianças\adolescentes.



Fonte: Elaboração Própria

Nessa figura 7, ficou bem variado as opiniões dos alunos sobre o que eles gostariam de ter de atividade na escola sobre educação sexual, alguns deram sugestões de ter conversas abertas com os alunos de forma dinâmica, outros disseram que poderia ser o conjunto dos três: palestras, filmes e aulas, e também convidar os pais a participarem.

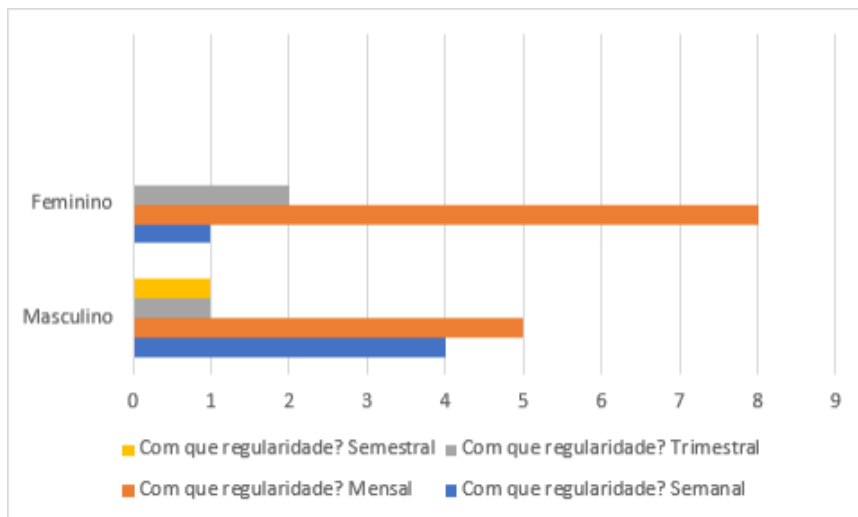
Figura 7: Na sua opinião, que atividade você gostaria que fosse desenvolvida sobre educação sexual na escola



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com a figura 8, a maioria dos alunos marcaram que essas atividades listadas acima, deveriam ser feitas mensalmente. Mas alguns defenderam também em ser feita semanalmente, e isso apresenta o interesse dos alunos sobre esse tema educação sexual, fazendo até com que a escola possa se pensar em implementar como atividade interdisciplinar, no currículo escolar, assim como os coordenadores entrevistados defenderam.

Figura 8: Na sua opinião, com que regularidade essas atividades sobre educação sexual iriam ser desenvolvidas na escola



Fonte: Elaboração Própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou a análise de como o tema da gravidez na adolescência se mantém como um grande problema no Brasil. As bases de dados consultados na monografia expressaram o alto índice de adolescentes grávidas. Identificamos que essa é uma dificuldade a ser enfrentada no Brasil por meio da criação de políticas públicas que ajudassem na redução desse obstáculo.

Os resultados da pesquisa de campo, possibilitaram identificar a visão dos coordenadores responsáveis pela escola e dos alunos dessa escola, que se alinham, pois todos são á favor da implementação da educação sexual nas escolas. Os mesmos compreendem que no Brasil isso seria muito importante, assim como já existe em alguns países da América Latina, e na Alemanha também já existe desde o primário essa implementação nas escolas.

Por meio do trabalho de campo, também foi identificado que as pessoas enxergam a importância de um projeto de educação sexual ser implementado nas escolas, para o desenvolvimento das crianças e adolescentes serem saudáveis, que eles entendam e conheçam o próprio corpo e saibam se prevenir, para não terem consequências no futuro.

O trabalho de campo teve como empecilho a restrição do tempo de realização da pesquisa. Optamos pelo estudo de caso, em que a pesquisa foi feita com poucas pessoas e em uma única escola. Assim, recomendamos que outros estudos possam ser realizados em outras escolas, para a pesquisa ficar mais ampla e adquirir mais opiniões de outras pessoas e de outros lugares. Porém o tempo de conclusão da monografia foi de 1 ano, logo um tempo curto para ampliar a pesquisa de campo.

ção sexual no currículo escolar, de todas as escolas do Brasil, pois, poderia afetar no índice de adolescentes grávidas, fazendo assim uma redução desse problema que afeta os adolescentes Brasileiros.

Referências

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf/%3E%20Acesso>>. Acesso em: 16 de julho de 2019

AQUINO, A. A. B. H. K. M. **Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais**. 2003. Disponível em: < https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2003000800019&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 21 de outubro de 2019

CARVALHO, Aline. **Maternidade precoce, a (des)proteção pública às mulheres que foram mães antes dos 18 anos**. 2012. Disponível em: < http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_fd801555437dd1f1f24f49869fda4099>. Acesso em: 18 de março de 2019

CORREIA, C. E. M. **Prática do abortamento entre adolescentes: um estudo em dez escolas de Maceió (AL, Brasil)**. 2008. Disponível em: < https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232011000500016&script=sci_abstract>. Acesso em: 18 de julho de 2019

DADOORIAN, Diana. **Gravidez na adolescência: Um novo olhar. Psicol. cienc. prof.** vol.23 no.1 Brasília Mar. 2003. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100012>>. Acesso em: 13 de março de 2019

DATASUS. **Indicadores de risco e proteção**. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 13 de março de 2019

DELIBELES, Elisa. De 70 adolescentes grávidas a zero: como a educação sexual mudou a realidade de uma escola na Colômbia. **EL PAÍS**, Europa. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/18/internacional/1571416039_057093.html>. Acesso em: 23 de outubro de 2019

DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÔNICA. **DRE Lei 3\84**. 1984. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/661903/details/maximized?jp=true/en>>; Acesso em: 22 de julho de 2019

EISESTEIN, Evelyn. **Adolescência: definições, conceitos e critérios**. 2005. Disponível em: < http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167>. Acesso em: 12 de março de 2019

FOLHA DE S. PAULO, Em 20 anos, Aids já matou 22 milhões. 5 jun. 2001. Disponível em: <http://busca.folha.uol.com.br/searchq=Aids&site=online&sr=1951&sort=desc&results_count=7803&search_time=0%2C146&url=http%3A%2F%2Fbusca.folha.uol.com.br%2Fsearch%3Fq%3DAids%26site%3Donline%26sr%3D2001%26sort%3Ddesc>. Acesso em: 20 de março de 2019

GASPAR, B. B. E. G. L. M. P. R. R. S. T. V. V. **Educação sexual em Portugal e em vários países da América Latina**. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v10n1/v10n1a11.pdf>>. Acesso em: 24 de julho de 2019

GOMES, Laura. **Educação Sexual Na Escola**. 2017.Nº83.Revista Pandora Brasil-"Letras em foco". Disponível em :<http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/letras_83/laura.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2019

HERCOWITZ, Andréa. **Gravidez na adolescência**. 2001. Disponível em: <
http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?id_materia=2064&fase=imprime>. Acesso em: 13
 de Março de 2019

LOPEZ, Viviane. **Gravidez na adolescência: estudo comparativo**. Rev. Saúde Pública
 [online]. 1989, vol.23, n.6, pp.473-477. ISSN 0034-8910. Disponível em:<
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101989000600005>>. Acesso em: 15 de março de 2019

LOPEZ, M. **Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem : interlocuções políticas e masculinidade**. 2013. Disponível em:<
<https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n3/743-752/> >. Acesso em: 15 de março de 2019

MELO, M. R. **A política de atenção integral a saúde dos adolescentes e jovens na estratégia saúde da família: tecendo reflexões**. 2015. Disponível em: <
www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/a-politica-de-atencao-integral-a-saude-dos-adolescentes-e-jovens-na-estrategia-saude-da-familia-tecendo-reflexoes.pdf>. Acesso em:
 16 de março de 2019

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de Atenção à saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2010. **Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde**. Disponível em: <
http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2019

NEXO JORNAL, **O debate sobre educação sexual no Brasil. E por que abordá-la nas escolas**. 10 de fevereiro de 2019. Disponível em: <
<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/02/10/O-debate-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-sexual-no-Brasil.-E-por-que-abord%C3%A1-la-nas-escolas>>. Acesso em: 15 de março de 2019

REVISTA FÓRUM. 2018. **Educação sexual é lei nas escolas alemãs**. Disponível em: <
<https://www.revistaforum.com.br/educacao-sexual-e-lei-nas-escolas-alemas>>. Acesso em: 20 de julho de 2019

RIBEIRO. 2012. **Educação sexual e Metodologia**. Disponível em:
 <http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Educacao_Sexual.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2019

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. 2019. **PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA**. Disponível em: <
<https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/prevencao-da-gravidez-na-adolescencia/>>.
Acesso em: 10 de outubro de 2019

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “A gravidez na adolescência no Brasil: a sala de aula como espaço de discussão e informação”. O objetivo da pesquisa geral é analisar a gravidez na adolescência no Brasil. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

A pesquisa faz parte da formação de Giovana Francisco de Sá Freire, aluna do Curso Técnico em Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde, com Habilitação em Gerência

de Saúde, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ), e visa, através do PTCC (Projeto Trabalho, Ciência e Cultura), refletir sobre papel da escola para a prevenção da gravidez na adolescência. Os riscos relacionados à sua participação podem ser considerados mínimos. Os benefícios referem-se à possibilidade de participar de uma experiência de pesquisa e, também, um aprofundamento da reflexão acerca da questão da gravidez na adolescência.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em, no caso de coordenadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, conceder entrevista de cerca de uma hora, sendo a entrevista gravada em áudio para posterior transcrição, visando facilitar o processamento do material, e; no caso dos alunos do ensino médio técnico, responder ao questionário. As informações obtidas através desta pesquisa são confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Por meio deste, solicitamos também sua autorização para gravação em áudio da entrevista para coleta de dados.

Dessa forma, os dados aqui coletados poderão ser publicados/divulgados sem revelar, todavia, a identidade de seus participantes. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, a qualquer momento.

Pesquisador responsável: Maria Luiza Silva Cunha

Endereço: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), sala 321.

Fundação Oswaldo Cruz.

Av. Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ.

CEP 21040-900.

Telefone: (21) 3865-9780. E-mail: luiza.cunha@fiocruz.br

Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz

Endereço: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) – sala 317.

Fundação Oswaldo Cruz

Av. Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ

CEP 21040-900.

Telefone: (21) 3865-9710. E-mail: cep@epsjv.fiocruz.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, ____ de _____ de 2019

Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura da Aluna da Pesquisa

APÊNDICE A

Questionário: Concepções e crenças dos alunos em relação às questões de educação sexual nas escolas

Observações importantes

- Antes de responder as questões, leia atentamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Se tiver de acordo em participar desta pesquisa, por favor, responda às seguintes questões.
- É importante esclarecer que não há respostas certas ou erradas. Procure responder as questões apresentadas de acordo com as suas concepções e crenças sobre o assunto abordado.

1) IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- a. Nome
- b. Idade: _____
- c. Sexo: () feminino () masculino
- d. Ano escolar: () 1º ano () 2º ano () 3º ano () 4º ano
- e. Técnico: () Análises Clínicas () Gerência em Saúde () Biotecnologia
- f. Religião: () Não () Sim
- Quais:
-

2) EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

- a. Entendendo educação sexual como: “a educação sexual abrange os seguintes assuntos: sexualidade, gravidez precoce, aborto, Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis”, você já teve alguma atividade na escola sobre educação sexual ?
- () SIM () NÃO

Em caso afirmativo, dê exemplos do trabalho sobre educação sexual

Quais temas foram abordados?

- b. Na sua opinião, é importante o trabalho de educação sexual nas escolas ?

() EXTREMAMENTE IMPORTANTE

() IMPORTANTE

() MAIS OU MENOS IMPORTANTE

() NÃO IMPORTANTE

Justifique a sua resposta

- c. Na sua opinião, o trabalho de educação sexual deveria ser implementado:
- Do Ensino Fundamental até o Médio
 - Só no Ensino Médio
- d. No seu ponto de vista, os professores da escola, estão preparados para realizar um trabalho sobre educação sexual?
- Sim, Todos
 - Não, Precisa contratar profissionais com capacidade específica no assunto
 - Sim, Dependendo da área em que ele trabalha
- e. Na sua concepção, a escola e os pais devem partilhar o trabalho de educação sexual nas crianças\adolescentes ?
- Sim, o trabalho deve ser feito por ambas as partes.
 - Não, esse trabalho é da responsabilidade da escola
 - Não, esse trabalho é da responsabilidade dos pais
- f. Se fosse aplicado o trabalho de educação sexual na escola, que atividade você gostaria que fosse desenvolvida sobre esse tema ?
- Palestras

() Visualização de filmes sobre o assunto

() Aulas de educação sexual

-Outros:

Com que regularidade?

() Semanal

() Mensal

() Trimestral

() Semestral

Outra _____ **APÊ**

NDICE B

Roteiro de entrevista: Concepções e crenças dos coordenadores (as) em relação às questões de educação sexual nas escolas

Bloco 1

1.Nome:

2.Idade:

3.Sexo: feminino () masculino ()

4.Religião:

5. Área da coordenação:

6. Há quanto tempo você atua como coordenador?

Bloco 2

1. Em sua formação profissional, em algum momento você foi orientado(a) a como lidar com questões relativas á educação sexual? Em caso positivo, como isso ocorreu?

2. Além da sua formação acadêmica, você já fez algum curso de capacitação que incluísse a questão da educação sexual? Se sim, qual (is) ?

- 3.** Como educador(a), você já lidou em sala de aula com questões relacionadas a sexo (relações sexuais, gravidez...) e/ou orientações sexuais (homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade)? Em caso positivo, dê um exemplo.
- 4.** Em sua opinião, o que você acharia de incluir nas atividades escolares discussões sobre a questão de sexualidade?
- 5.** Na escola em que você trabalha, existe algum trabalho de educação sexual sendo desenvolvido? Em caso afirmativo, qual a sua opinião a respeito?
- 6.** No seu ponto de vista, a escola deve realizar um trabalho de educação sexual? Justifique
- 7.** Você estaria disposto(a) a participar de um trabalho como este?
- 8.** Na sua opinião, a escola e os pais devem partilhar pela educação sexual das crianças\adolescentes? Justifique
- 9.** Na sua concepção, qual a idade apropriada que se deve começar o trabalho de educação sexual para as crianças\adolescentes? Justifique
- 10.** Quais são as principais facilidades e dificuldades para realizar a educação sexual nas escolas?